

EDITORIAL

Nesta edição, a Revista Enfoque Reflexão Contábil do Departamento de Ciências Contábeis da Universidade Estadual de Maringá apresenta seis artigos de temas diversificados. A seguir uma síntese destes trabalhos.

No primeiro artigo Sandro Vieira Soares, Altair Borgert, Elisete Dahmer Pfitscher e Anderson Renan Will identificam a tendência especialista ou generalista dos currículos dos cursos de Ciências Contábeis, ofertados pelas seguintes universidades federais da região sul do Brasil: UTFPR, UFPR, UFSC, UFRGS, FURG e UFSM. O trabalho revelou que os currículos analisados tendem para uma formação generalista.

No segundo artigo Marcia Sebold, Lucas Mello Pioner, Cássio Schappo e João José Mello Pioner apresentam as recentes evoluções da área contábil brasileira, descrevendo os conceitos de contabilidade digital e de governo eletrônico, e destacando o surgimento do Sistema Público de Escrituração Digital (SPED). Os resultados deste trabalho demonstram, dentre outros, as grandes mudanças que vêm ocorrendo nos procedimentos contábeis, inicialmente nas sociedades empresárias sujeitas a acompanhamento econômico-tributário diferenciado, e naquelas tributadas pelo Lucro Real.

No terceiro artigo Eduardo Coelho, Rogério João Lunkes e Alessandra de Oliveira Machado identificam o nível de autoridade da controladoria nas 100 maiores empresas do Estado de Santa Catarina. Os resultados apontam em se tratando de aspectos conceituais e procedimentais, quanto à classificação hierárquica e o nível de autoridade, não há consenso, pois a controladoria se apresenta tanto como órgão de assessoria ligado diretamente à alta administração, tanto como um órgão de linha, de posição intermediária, subordinada ao diretor financeiro.

No quarto artigo Bruna Camargos Avelino, Romualdo Douglas Colauto e Marcello Angotti, ressaltam que as entidades que compõem a estrutura da administração pública brasileira são obrigadas pela Constituição Federal a prestar contas do uso de recursos públicos e a respeitar o princípio da publicidade. Assim, em seu estudo analisam a política de divulgação de informações voluntárias e compulsórias adotadas nas páginas eletrônicas do Estado de Minas Gerais e do Município de Belo Horizonte de acordo com a percepção de alunos de pós-graduação dos cursos de Controladoria e Finanças e Auditoria Externa da Universidade Federal de Minas Gerais. Os resultados indicam, dentre outros, que as informações de maior interesse, por parte dos usuários residentes em Belo Horizonte, consistem na procura de legislação concernente ao Município e ao Estado e informações relacionadas a obras realizadas pelos entes públicos.

Na sequência, José Carlos Tiomatsu Oyadomari, Wesley Abra de Assis, Sergio de Miranda Simãozinho, Octávio Ribeiro de Mendonça Neto e Ronaldo Gomes Dutra-de-Lima fazem uma análise dos principais estudos empíricos em Gestão Estratégica de Custos que utilizaram a Pesquisa-Ação ou também chamada de Pesquisa Intervencionista, com o objetivo de identificar as potenciais contribuições e os aspectos críticos que possam contribuir para o desenvolvimento da Gestão Estratégica de Custos. Os resultados apontam que a Pesquisa Intervencionista tem amplas possibilidades de efetivação no âmbito da Gestão Estratégica de Custos, com o propósito de gerar contribuições teóricas relevantes e melhorar a prática, dentre elas destacam-se as seguintes possibilidades: implementação das técnicas derivadas da *Strategic Management Accounting*; e projetos de melhoria de controles em pequenas empresas.

No último trabalho, Nadia Bussolan Cintra, Beatriz Selan, Tatiana Albanex e Mauricio Ribeiro do Valle analisam a estrutura de capital e as características de financiamento das empresas do setor químico brasileiro de 1999 a 2008. Os resultados indicam que (i) as linhas nacionais diferenciadas de financiamento e as de mercado em moeda estrangeira contribuíram significativamente para o financiamento das empresas do setor, que trabalhou com endividamento total em torno de 24%, prevalecendo o endividamento de longo prazo; e (ii) as variáveis tamanho, tangibilidade dos ativos, intangibilidade,

rentabilidade e risco também são significativas para explicar o nível de endividamento das empresas analisadas.

Desejamos a todos uma boa leitura e até a próxima edição!

Prof. Marcelo Soncini Rodrigues

Editor

Profª Katia Abbas

Co-Editora